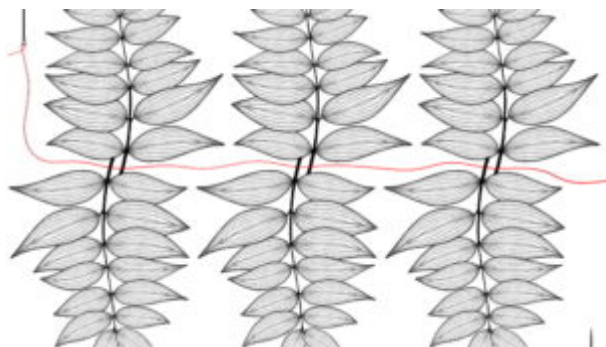


Como interpretar o Brasil?



Por **GILBERTO TEDEIA***

Das suspeitas acerca da reflexão sobre universidade à matéria social brasileira como ponto de partida instituinte de ideias filosóficas.

Ao final de sua conferência no “Congresso Acadêmico da Unifesp 2021: Universidade em Defesa da Vida” Scarlett Marton, tendo por fio condutor a vida e a morte no pensamento e práticas ocidentais, após repor o registro dualista que organiza a tendência ocidental moderna de invisibilização da morte, encerrou sua apresentação lembrando que, somada à vida a qualquer preço e à saúde a qualquer custo, nós testemunhamos atualmente a banalização da morte como parte de uma história que é também a da banalização da vida.

Banalização da morte e banalização da vida.

A segunda constelação de questões que invoco é a posta por Olgária Matos neste mesmo Congresso, divulgada também no site **A Terra é Redonda** sob o título [“Escola e Universidade: Eros e educação”](#). A professora Olgária, também nos termos de uma leitura perspectivada sob a temporalidade dos milênios, mostrou a vida como experiência a ser percorrida, assim como a leitura, a vida como experiência marcada pela presença e intensidade de produção de sentidos que arremessam o vivido para além do mundo do apenas dito, para além dos jogos de linguagem e para além de prescrições consensuais normativas, o argumento tecido pela professora Olgária nos levou a experiências reconhecidas como campo das obras humanas.

Ocorre que essa obra humana, professora Olgária o mostra, reduziu-se a lógicas de gestão e quantitativismo, lógicas que afetam, profissional/institucional e politicamente, os processos de produção de saber, conhecimento, subjetivação.

Nos termos de seu diagnóstico, teríamos um embrutecimento amalgamado pelo cálculo meramente quantificador de referências que transformam o outro, aquele com quem se interage, em objeto de decisões unilateralmente decididas.

Em seu argumento, Olgária conduziu-nos ao reconhecimento de um caminho e solo comum para a formação cultural, para o aprendizado escolar, para o saber do mestre, para a fecundidade dos clássicos, conduziu-nos a um caminho e solo pautados por outra lógica que não a do cálculo, mas o caminho da capacidade de amar.

Ambas as dimensões desses diagnósticos, banalização da vida e incapacidade de amar permitem-me colocar sob tripla suspeição o tema do congresso, “Universidade em Defesa da Vida”.

Primeira suspeição, a de que a vida não precisa de uma universidade que a defenda, e precisaríamos então contrapor: a vida precisa sim ser defendida pela universidade.

Segunda suspeição, a de que a universidade é incapaz de defender a vida, e precisaríamos contrapor: sim, a universidade é capaz sim de defender a vida.

Terceira suspeição, a de que a universidade defenderia outras coisas, opa, não, vamos contrapor de diferentes maneiras nas centenas de sessões: a universidade tem de defender a vida.

Uma atribuição, uma capacidade, uma tarefa, um sollen, um können, um müssen.

Ocorre que, malgrado toda relevância atribuída à instância onde vivemos nossos dias institucionais e profissionais, malgrado toda relevância atribuída à instância onde se amadurece fronteiras de pesquisa para além de meros interesses de

oligopólios, relevância atribuída à instância autossituada para além da mordalha imposta pelo sistema poder-dinheiro e seus esbirros fardados ou togados ou diplomados capitães do mato, nesse celeiro que ainda gera e forma o pouco de pessoas, para citar a conhecida definição do opúsculo kantiano, capazes de fazer uso de seu próprio entendimento no exercício da razão e de suas atividades e que levarão adiante a nobre tarefa crítica da defesa pública da vida, malgrado isso, eu diria que a tarefa e a atribuição dessa relação nada biunívoca entre universidade e vida não anda muito bem das pernas e podemos assumir que só defendemos a relação entre universidade e vida quando tal relação esteja maculada por todo tipo de suspeita possível sob as quais adormece a relação entre universidade e vida após longo crepúsculo e ocaso.

Qual é a situação que temos para esse crepúsculo e ocaso? A resposta se divide em 8 partes.

Primeiro: temos uma descontinuidade entre a ideia de universidade que organiza sua defesa e a experiência concreta do que se faz em seu nome.

Segundo: pois o ideal de que promoveria a construção de pessoas emancipadas, na medida em que seria uma instituição autônoma ante dogmas da religião, mercado, poder, é um ideal substituído por diretrizes que, desde o sistema de curricularização dos cursos até as regras do sistema Capes, seus prazos e sistemas de avaliação, desde diretrizes configuradas como conjunto de regras que organizam o que, na Universidade, são passos dados nos termos alienados, ampliados e organizados de reconfiguração da instituição universitária como organização empresarial, pautada pela racionalidade quantitativa, que dispensa o lento trabalho do pensamento, da crítica e da dúvida. Na vasta obra da professora Marilena Chaui não faltam textos a respeito da universidade operacional que aprofundam esses rabiscos que traço aqui.

Terceiro: Nesse cenário, quem a isso se opõe recusando-se o posto de hamster, e se recusa a correr até a exaustão para que nada se altere quando apenas piora, esse alguém, aprendemos com Adorno, será acusado de insensibilidade, de resignado, de refugiado na Torre de Marfim, assim sendo desqualificada, silenciada, censurada a recusa e a sensibilidade de quem recuse (recusa que, como o ser em Aristóteles, se diz de múltiplas maneiras) de quem recuse o confinamento da atividade teórica às demandas de uma sociedade organizada pela exploração da vida pelos poucos de sempre em nome dos interesses de sempre, quais sejam, a geração e acumulação de riqueza como fim em si pouco importa o porquê, para quê, como ou a que custos, bastando duas certeza atendidas sempre, o para quem e o mau infinito da acumulação de riqueza.

Quarto: o pragmatismo, passividade, oportunismo ou, em uma palavra, colaboracionismo dos que agem dentro da universidade visando preservar alguma coisa em nome desse estado de coisas que aí está é a atividade prática de referendar de vez a deformação imposta como sistema de regras, é a atividade prática que interdita, é a ação que normaliza esse aleijão (aleijão que, como o ser em Aristóteles, predica uma coisa, não predica outra, e está excluído qualquer terceira via), normaliza esse aleijão ao impor como aceito e inevitável, aprendemos com Lukács nos anos 1920 e Horkheimer nos anos 1930, a condição material objetiva que organiza a vida do espírito, o exercício do pensamento, a atuação docente, a atividade de pesquisa, a relação dos alunos com o aprendizado.

Quinto: as vistas grossas às condições materiais que concretamente organizam o que seja e o que se faça na universidade, as vistas grossas às condições que organizam a vida e que organizam a sua defesa, as vistas grossas às condições materiais e aos jogos de poder que organizam esse campo pressupõem uma fantasia: a de que o acesso a esse saber é possível quando nomearmos uma essência (normativa?, semântica?, materialista dialética?, metafísica?, utilitarista? sensualista? desconstruída?) a organizar as coisas e os conflitos, que então permanecem imutáveis, pressupõe que nossos instrumentos conceituais e de intervenção militante funcionam, pressupõe que os desafios postos pelo presente são marcados pela repetição de jogos de poder e de suas relações com territórios, pessoas, sistemas econômicos, formas de governar, estruturas normativas, dinâmicas produtivas de consensos.

Sexto: Bastou eu citar duas concepções de ser em Aristóteles que são contraditórias entre si para mostrar que os termos de nosso problema não são tão facilmente formuláveis, compreendidos ou superáveis como o faz crer o utilitarismo realista, rentista?, tão competente dos gestores, todos eles, desde as agências de fomento à ciência e ministérios até os que disputam com abnegado vigor a aprovação de pautas em sistema de rolo compressor nas deliberações em colegiados de curso ou representantes de cursos em colegiados nacionais.

Sétimo: como se fosse pouco, falta falar da outra perna desse movimento em pinça que captura tanto a universidade, nosso assunto aqui, quanto a vida, uma perninha anã e raquítica mas bem barulhenta, a perna da pinça que se passa por

pluralidade de sensibilidades políticas antissistêmicas (às quais prestemos sempre apoio e solidariedade, são a linha de frente dos primeiros a perecerem), a decretar, em uníssono à esquerda ou à direita, que tudo são formas de dizer o mundo, são jogos de linguagem e portanto, no lugar de uma subjetividade, personalidade e caráter que só se produzem mediante lento processo formativo, resta agora algo da ordem do ser-aí individual militante *full time* mobilizado por sistema de trocas simbólicas, interações individuais a permutar códigos de condutas e regras que moldem o mundo conforme preferências essencialistas atomizadas e avessas a formas de ação e organização políticas supraindividuais, comunitárias, societais.

Oitavo: nesse tsunami que varre o pequeno mundo dos militantes imaginários, imaginários pois fazem passar por conquista progressista a imediata redução de tudo que bem lhe apeteça a lógos tirânico, pergunta-se: o que resta como mundo e luta política e produção de ideias às belas almas e floquinhos militantes nessa imensa lacrópolis em que se converteu o ex-espço público? Resta a redução do campo da política ao fogo fátuo de identificações narcísicas autocentradas a disputar farelos de reconhecimento e direitos ante o grande esbulho que é um mundo impávido e sereno na esfolia da maioria das pessoas comuns dia e noite, que seguem a vida no mundão a ignorar o que se passa nesse *petit monde*.

OK, a situação parece um tanto desfavorável. Vejamos as coisas por outro ângulo. Proponho deslocar o recorte da situação e momento para a época, etapa, local e audiência em que se insere nosso debate hoje, em três movimentos.

Primeiro Movimento, quase uma digressão: podemos assumir que nossa audiência aqui seja composta por pessoas singulares, por exemplo, alguém recém-ingressante no curso de Filosofia como o da Unifesp, discente que frequente a cadeira de IHF ministrada pelo Professor Sílvio Rosa. O que tal discente aprende com o Sílvio? Que o professor Bento Prado Júnior é um divisor de águas para pensarmos a especificidade do que seja o trabalho com ideias filosóficas, por exemplo, que a construção da forma autônoma da prosa filosófica implica abrir mão de pauta política que lhe seja exterior, abrir mão da demanda pela conquista da emancipação nacional ou da consciência das tarefas para a saída do subdesenvolvimento, abrir mão do psicologismo e do naturalismo que situem o fazer filosófico na condição de fenômeno periférico a orbitar alguma necessidade exterior ao campo das ideias.

Segundo Movimento, tirando consequências dessa digressão: temos o desafio de instituir o percurso da iniciação ao fazer filosófico, seja a prosa sejam ideias filosóficas, no esquema abecedado pelo Sílvio, que aqui retomo para dar os contornos possíveis para uma defesa da vida instituinte, a que se coloque para além das urgências do presente vivido, já que esse presente, na situação desdobrada em oito partes no começo dessa comunicação, implica ou o colaboracionismo adesista gestor ou a resignação das belas almas a lacrar farelos de direitos.

Nos termos desse percurso, que começaria com Jean Maugué e poderia passar pela obra do Bento Prado Jr., teríamos a disjuntiva aberta para duas formas de intervenção filosófica, as de Paulo Arantes e Marilena Chaui, ensina o Sílvio Rosa, que seriam como que duas constelações de intervenção filosófica e de intelectual militante na relação com as ideias filosóficas que nascem desse ensinamento do Bento, cada um a seu modo, em comum a ambos o quê? Ensina o Sílvio: em comum, a matéria social brasileira por assunto que organiza o horizonte geral de questões e é o ponto de partida de um sistema de ideias e produções sistemáticas e consolidadas.

Esse rascunho de digressão em dois movimentos triparte-se. Na companhia de Marilena e Paulo, uma “defesa instituinte da vida de configuração um tanto peculiar”, mostra que, com ambos, (1) aprendemos a imaginar um modo bem peculiar de universidade e produção de conhecimento, (2) aprendemos a refletir a matéria social brasileira como ponto de partida inclusive da defesa do que nos resta de vida, sociedade e universidade.

Nesses termos, o desafio é (3) descobrir como ler bem o país e ter essa leitura como ponto de partida das questões e temas e inquietações que organizem nossas escritas, grupos de estudos, podcasts, comunicações, obras, assuntos e problemas de que tratemos sob recorte de ideias filosóficas em processo de formação para quem frequente disciplinas da área na graduação.

Por fim, terceiro movimento dessa segunda parte de minha contribuição para o debate: encerro mostrando o coelho que saiu da cartola. Era para tratar das múltiplas configurações e implicações contidas no chamamento pela defesa universitária da vida e me propus a demarcação dos sinais da impotência e suspeita que pairam nessa defesa da vida. No que se transformou essa defesa? Na defesa da vida das ideias filosóficas no Brasil como projeto de formação universitária, e na importância do olhar atento à matéria social brasileira como ponto de partida dos problemas e teses a serem

trabalhadas.

Sendo esse o coelho, resta-me tomar Benjamin por horizonte para concluir: trata-se de tecer uma formação não meramente mantenedora, portanto repressora, mas antes instituinte, portanto emancipatória, instituinte do quê? De novas formas de pensar e organizar a relação entre as pessoas e a relação das pessoas com as coisas, o que é uma outra e longa tarefa e obra e história por serem tecidas sabe-se lá em qual tempo do mundo.

A quem me acompanhou até aqui, agradeço a atenção.

***Gilberto Tedeia** é professor de ética e filosofia política na UnB.

Esse texto é a versão apresentada no “Congresso Acadêmico da Unifesp 2021: Universidade em Defesa da Vida”.

A Terra é Redonda